

# A propósito de vencedores e vencidos no 25 de Abril de 1974



Isabel do Carmo

**A** propósito da preparação das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, aqueles cujas ideias e actos foram derrotados naquela data aproveitaram para confundir dados da nossa história contemporânea e se meterem numa barca que não é a deles. O regime derrubado era um atentado à liberdade, exercia repressão de forma brutal, tinha um aparelho de censura que privava acesso à informação e à cultura. Manteve grandes zonas de pobreza, miséria e ignorância. Oprimia as mulheres. Tinha a narrativa ideológica da ala conservadora da Igreja e o elogio de glórias do passado e do Império para justificar a sua própria existência. O dia 25 de Abril de 1974 e os movimentos do antes e do depois dessa data são de facto uma epopeia.

Não considero o 25 de Abril de 1974 como um golpe militar. É expressão demasiado conotada com altas patentes das Forças Armadas e com “palácio”. Foi um Movimento alargado dos capitães e depois das tropas que os acompanharam. O movimento de massas que se seguiu e o afastamento das altas patentes que pretendiam comandar uma transição transformaram o fenómeno numa verdadeira revolução, que fez uma ruptura com o passado. E o passado foi de 48 anos de ditadura. Apanhou três gerações, e isso diz muito sobre o que ainda hoje se passa em Portugal, objectiva e subjectivamente.

Se podemos designar esta ditadura como fascista ou não, é objecto de discussão académica, e portanto com critérios discutíveis. Portugal, Espanha, Itália e Alemanha e fora da Europa as ditaduras sanguinolentas da América Latina promovidas pelos Estados Unidos da América tiveram padrões diversos. Em Portugal, os milhares de pessoas que sofreram a repressão, na rua, nas prisões e no campo de concentração, era contra o fascismo que lutavam. Aconselha-se a leitura do livro da jornalista Joana Pereira Bastos, *Os Últimos Presos do Estado Novo. Tortura e desespero nas vésperas do 25 de Abril* (ed. Oficina do Livro). Presos libertados pela revolução. Muitos dos libertados eram do PCP. Mas nenhum dos entrevistados e descritos nesse livro a ele pertencia. A oposição e a repressão atravessavam a sociedade portuguesa sem a clássica desculpa dos “agentes de Moscovo”. Espreite-se os “curros” do Aljube, da largura de um homem com um braço estendido, e ver-se-á o espaço por onde passaram muitos cidadãos portugueses, em prisão preventiva. O campo do Tarrafal existiu e não acabou,

transitou para os presos das colónias. Houve cerca de 29.500 detidos entre 1933 e 1974. Relembro os professores universitários expulsos do ensino. Tivemos, pois, um regime com repressão bem pesada. Não será fascismo? É verdade que lhe faltava a pena de morte. Mas essa podiam executá-la extrajudicialmente, como fizeram com o general Humberto Delgado.

## As liberdades

Eram proibidas greves, concentrações, manifestações e assembleias. Os jornais diários só eram impressos depois de passarem pela Comissão de Censura, o que levava inevitavelmente a uma censura interna. Os textos das peças de teatro eram censurados previamente. Os filmes eram proibidos. As tipografias e as livrarias eram assaltadas e retirados livros. Quem era o editor que se atrevia? As mulheres de todas as classes sociais eram oprimidas, mas umas mais do que outras, quando também tinham de gerir pobreza, um grande número de filhos, abortos com risco de vida e a defesa da “honra”. O analfabetismo dos adultos chegou ao 25 de Abril com 40% e era maior nas mulheres. Para a saúde havia as “Caixas” e só não pagavam os hospitais os que tivessem “atestado de pobreza”.

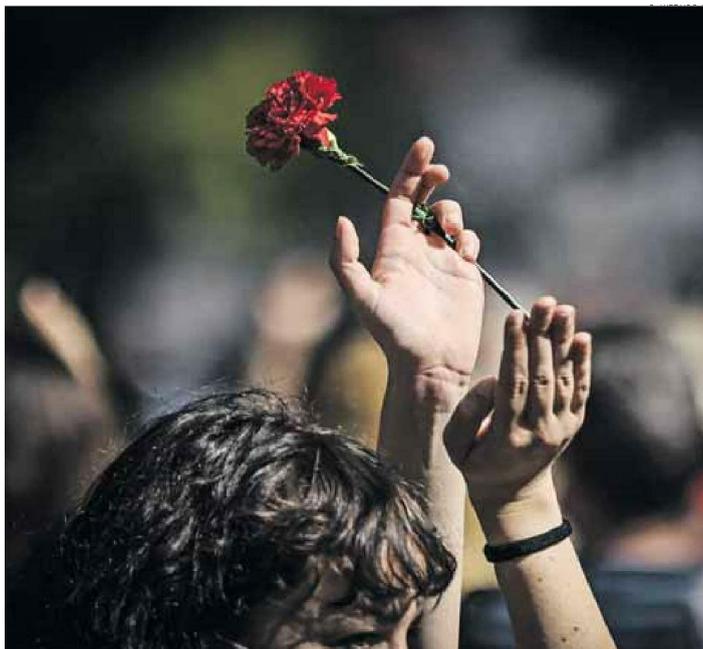
Todo este panorama era envolto na narrativa do elogio do ruralismo e do passado. O lado mais conservador da Igreja Católica abençoava governantes e regime. Não era teocrático mas andava lá perto. E, sobretudo, havia a Guerra Colonial, sustentada durante 13 anos já depois de todas as potências coloniais terem desistido das colónias e de os EUA e a ONU aconselharem a independência.

Para lá foram mobilizados 90% dos jovens portugueses e de lá voltaram 30 mil feridos e não voltaram dez mil mortos. Nem mortos nem feridos voltaram aqueles que ficaram toda a vida com “stress pós-traumático” (Irene Pimentel, Miguel Cardina, Manuela Cruzeiro).

**Os que apoiavam e os que eram contra**  
É necessário lembrar o regime que se acaba de descrever. E não era só constituído pelo Governo, forças de segurança e PIDE. Era apoiado pelas classes que dele beneficiavam e por aqueles respeitadores e obrigados que recebiam as sobras dessas classes. Militares importantes eram fiéis. Tinha banqueiros, latifundiários e grandes industriais e armadores que serviam e se serviam do



**É contra esta epopeia, que veio de antes do 25 de Abril e continuou depois, que se colocam os que estavam com o regime e contestam que seja festejada pelos que sempre estiveram contra e transformaram o movimentar militar em revolução**



regime. Tinha deputados-fantoches na Assembleia. Uma rede de presidentes de câmara, regedores, freguesias e bufos que governavam de forma directa ou indirecta. Foram estes que foram derrotados no dia 25 de Abril de 1974.

Porém, houve quem resistisse à ditadura desde o início. No princípio em resistência de rua, clandestinamente depois e em manifestações reprimidas, em greves. Em farsas de períodos eleitorais, em movimentos de unidade, como o MUD e o MUNAF, em lutas estudantis que têm actos e datas – contra o decreto 40.900 em Janeiro de 1957, no Dia do Estudante de Março de 1962, em Coimbra em 1969. Sucederam-se prisões e expulsões.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) não nasceu do nada. O Relatório das Carreiras Médicas (Miller Guerra, António Galhordas, Orlando Leitão) propunha esta estrutura. De 1975 a 1982, o Serviço Médico à Periferia rasgou horizontes da “provincia”. Não foi preciso esperar pela lei para ocupar casas vazias para centros de saúde, elegeu os detentores dos cargos nos hospitais e retirar o poder aos provedores nomeados. Quando, em Setembro de 1979, a lei do SNS (Arnaut) foi aprovada pela maioria de esquerda, votaram contra ela o CDS e o PSD, porque de facto estavam contra o espírito da socialização da saúde.

A Guerra Colonial acabou na rua (“Nem mais um soldado para as colónias”). Os movimentos das fábricas e dos campos não eram nenhuma “balda” nem nenhum caos. O Ministério João Cravinho/João Martins Pereira tinha um plano para a indústria, o Prof. Fernando Batista tinha um plano para a reforma agrária. A solução SAAL liderada pelo arquitecto Siza Vieira teria sido uma solução para a habitação se tivesse continuado.

É de facto contra esta epopeia, que veio de antes do 25 de Abril e continuou depois, que se colocam os que estavam com o regime e contestam que seja festejada pelos que sempre estiveram contra e transformaram o movimentar militar em revolução. Convidar para a festa os que estiveram com o regime era como se para as comemorações da Revolução Republicana se fossem convidar os monárquicos ou que para as comemorações da Revolução do 1.º de Dezembro de 1640 se fossem convidar os espanhóis, por muito *hermanos* que sejam. Há os que estiveram com o 25 de Abril, de forma alargada, e os que não estiveram. Decerto que a sensatez do comissário nomeado, Pedro Adão e Silva, levará à inclusão na “festa” daqueles que sempre estiveram do lado da liberdade durante a ditadura e depois se integraram no Partido Social Democrata, agora claramente à direita. Será para todos uma boa ocasião de rever com calma e conhecimento anos negros e anos de revolução na nossa História, indo além das personalidades, mas seguindo o movimento.

Médica, professora da Faculdade de Medicina de Lisboa, membro da Associação Manifesto